

## **LANÇAMENTO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO 12/05/2008**

O lançamento da nova Política de Desenvolvimento Produtivo, um momento muito importante para o governo e para a sociedade brasileira, pois marca a retomada da elaboração de políticas abrangentes e coordenadas entre as diferentes esferas do governo e do setor privado.

Em 2004, o governo do Presidente Lula teve a coragem, depois de vários anos em que não se ousava falar em Política Industrial, de lançar as diretrizes para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior.

Hoje, aprofundamos aquelas diretrizes e resgatamos a capacidade do Estado de coordenar suas ações e seus instrumentos para alavancar o desenvolvimento.

O momento é propício.

Entre 2004 e 2007, o Brasil cresceu a uma média de 4,5% ao ano, uma velocidade não observada por um período tão longo há, pelo menos, 20 anos.

Diferentemente de outros momentos, hoje o País cresce, e ao mesmo tempo, distribui renda.

Tivemos um espetacular aumento no crédito e na renda da parcela mais pobre da população.

Nosso mercado interno está muito mais fortalecido e nosso crescimento muito menos dependente do desempenho do resto do mundo.

Prova disso é a recente elevação do Brasil a grau de investimento.

O governo e todos os brasileiros querem que esse desempenho positivo se mantenha durante muito tempo.

Somente assim construiremos um país mais desenvolvido e mais igualitário.

Sabemos que a continuidade e a sustentabilidade do processo recente de crescimento dependem de vários fatores.

Precisamos investir mais e melhor, para que nossa economia continue ganhando competitividade aqui e no exterior.

Investir mais significa aumentar a capacidade produtiva da economia para continuarmos crescendo, no futuro.

Para manter uma taxa de crescimento da renda próxima a 5% ao ano, é preciso ampliar nossa taxa de investimento em relação ao PIB.

Investir melhor significa dar um salto tecnológico e de qualidade em nossa estrutura produtiva, o que permitirá uma inserção maior e mais dinâmica no mercado mundial e maiores taxas de crescimento da renda.

Isso somente ocorrerá com maiores investimentos em tecnologia e em inovação.

Há tempos, se sabe que a inovação e os investimentos em tecnologia têm efeitos importantíssimos sobre a competitividade e sobre o crescimento das empresas.

A Política de Desenvolvimento Produtivo coloca forte ênfase na inovação e no desenvolvimento tecnológico.

Para que continuemos crescendo, no longo prazo, também precisaremos aumentar nossa inserção nos mercados internacionais, tanto pelas exportações quanto pelas importações.

Isso somente será possível com maiores investimentos produtivos em infraestrutura e em tecnologia.

Essas foram as premissas que nortearam a elaboração das medidas e das diretrizes que lançamos hoje.

O Estado Brasileiro já tem vários instrumentos para fomentar o desenvolvimento, mas eles precisam ser coordenados em direção a objetivos comuns.

Em alguns casos, precisam ser aprimorados.

Um dos aspectos centrais dessa Política de Desenvolvimento Produtivo é, exatamente, a articulação e a coordenação entre as diferentes esferas de governo.

Desde meados do ano passado, sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, vários órgãos do governo e do setor privado têm participado da elaboração da Política.

Nesse processo, tiveram participação essencial o BNDES e a ABDI, além de vários outros ministérios.

Para nós, desde o início, era de fundamental importância que a Política tivesse metas claras e responsabilidades bem definidas.

É pela articulação entre metas e responsáveis que poderemos avaliar os resultados da política e cobrar a implementação das medidas e das diretrizes apresentadas.

Além disso, a definição de metas e objetivos dá um grau de transparência muito maior para qualquer política de governo.

Nossas metas, com prazos para se alcançar até 2010, se assentam em três eixos fundamentais: investimentos, tecnologia e exportações, inclusive de micros e pequenas empresas.

Essas metas são:

1. Aumentar a taxa de investimento da economia para 21% do PIB;
2. Ampliar os investimentos privados em Pesquisa e Desenvolvimento para 0,64% do PIB;
3. Ampliar nossa participação no comércio mundial para 1,25% das exportações mundiais;
4. Aumentar em 10% o número de micro e pequenas empresas exportadoras.

Para alcançá-las, as ações da política foram divididas em três níveis.

O **nível sistêmico** compreende iniciativas com impactos sobre toda a estrutura produtiva, gerando externalidades positivas e benefícios generalizados para o conjunto da economia.

São vários os programas integrantes do nível sistêmico da política.

Há ações para melhorar o ambiente jurídico do país e simplificar as operações de comércio exterior de bens e serviços.

A Estratégia Nacional de Simplificação do Comércio Exterior, coordenada pela Camex e a ABDI, é uma ação relevante dentro da Política de Desenvolvimento Produtivo.

As propostas para essa estratégia são resultado de discussões de mais de 70 representantes de 35 dos mais diversos órgãos do governo, que recentemente, se reuniram durante dois dias, em Atibaia.

No mesmo espírito da Política, essas propostas têm prazo definido e responsáveis pela sua execução.

Por sua vez, o Ministério da Ciência e Tecnologia é um parceiro fundamental para as ações destinadas a fomentar a inovação e os investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento na economia.

Nesse sentido, a Política de Desenvolvimento Produtivo se soma ao Plano de Ação em Ciência e Tecnologia e Inovação, coordenado pelo MCT.

Esse plano de ação prevê mais de R\$ 40 bilhões em investimentos em Ciência, Tecnologia e Inovação, até 2010.

Juntamente com o Ministério da Fazenda, elaboramos uma série de medidas para desoneração dos investimentos na produção, das exportações e para investimentos em tecnologia.

No total serão mais de R\$ 20 bilhões de desonerações, até 2010.

Algumas delas se relacionam a setores específicos, enquanto outras, que fazem parte do nível sistêmico da política, são genéricas, com benefícios para toda a estrutura produtiva.

Um exemplo de como a parceria entre órgãos do governo tem sido fundamental para a Política são algumas ações propostas no âmbito da Câmara de Comércio Exterior.

O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e a Camex tem redobrado esforços para desonerar exportações e estimular novos investimentos em logística, por seus reflexos positivos sobre a competitividade da economia.

Exemplos dessas ações são a prorrogação do Reporto e a extensão deste regime a outros modais de transporte, como o ferroviário.

Também como resultado desse trabalho, ressalte-se a incorporação, pelo Ministério da Fazenda, no regime especial denominado REIDI, de parte das propostas de ampliação dos benefícios a vagões, locomotivas e dutovias vinculados a projetos de obras de infra-estrutura.

Por fim, é fundamental, para que possamos financiar os programas e projetos propostos nessa política, a ampliação da capacidade de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

Nesse sentido, o Banco prevê aportar recursos de mais de R\$ 210 bilhões, até 2010, em projetos de ampliação de capacidade, modernização e inovação na indústria e nos serviços.

Um segundo nível da política é constituído pelos **programas estruturantes**, que são voltados para setores e complexos produtivos.

A esse respeito, é importante salientar uma preocupação que norteou a elaboração da Política.

Ela deveria ser ampla, sem escolher apenas alguns setores, mas apontar caminhos para o desenvolvimento de todo o sistema produtivo.

Assim, deveríamos levar em conta que nossa indústria é muito grande e muito diversificada e que os problemas e as soluções não são os mesmos para todos os setores.

Essa política também não poderia ser um pacote fechado de medidas divulgadas pelo governo para os empresários.

Assim, outra orientação importante é que os empresários deveriam participar, não apenas de sua elaboração, mas principalmente, do processo de sua implementação.

Somente assim poderemos aprimorar as propostas inicialmente apresentadas.

Nesse sentido, a política não é imutável ou acabada.

Aos 24 setores para os quais as propostas serão divulgadas hoje, podem se juntar outros.

Mesmo as medidas ou as diretrizes que apresentaremos para esses setores, podem e devem ser aprimoradas, com a participação de outros órgãos do governo e do setor privado.

Os programas estruturantes levam em conta que há desafios diferenciados para diferentes complexos produtivos.

Em alguns setores, os desafios científicos e tecnológicos são primordiais para que nos tornemos um país competitivo.

Esses setores são essenciais, pois têm uma grande capacidade de criar conhecimento, de ampliar a produtividade e de gerar inovações para toda a estrutura produtiva do país.

O Complexo Industrial da Saúde e o Complexo da Defesa, para o qual contaremos com as parcerias imprescindíveis dos Ministérios da Saúde e da Defesa, são exemplos importantes de setores com essas características.

Mais dois exemplos são a biotecnologia, as tecnologias da informação e software, estes últimos, por sua capacidade de geração de benefícios para o conjunto da economia, terão medidas específicas de desoneração da folha de pagamentos.

Em outros setores, já temos reconhecida competitividade internacional.

É o caso de setores como o aeronáutico, mineração, siderurgia e petroquímica.

Nesses casos, nosso objetivo fundamental é consolidar ainda mais nossa liderança nos mercados mundiais.

Para isso, precisamos de um grande volume de investimentos, com ênfase na expansão da capacidade produtiva, na internacionalização e na liderança tecnológica de nossas empresas.

Finalmente, temos setores que podem ser muito competitivos, internacionalmente, e que podem exportar mais.

Mas, para que isso aconteça, precisamos de ações para fortalecer sua competitividade externa.

É o caso do setor automotivo e de bens de capital.

Alguns desses setores – como têxteis e confecções, couro e calçados, entre outros – têm sido afetados pela concorrência, tanto em mercados internacionais quanto no mercado doméstico.

Para eles, é essencial adotar estratégias de diferenciação de produto e de fortalecimento de suas marcas no exterior.

Outro aspecto de fundamental importância na Política é a existência – entre os programas estruturantes – de um programa específico para o Complexo de Serviços, com forte ênfase nas exportações.

Por fim, o terceiro nível da política é composto pelo que chamamos de **destaques estratégicos**.

São temas de política pública que não têm dimensão sistêmica ou setorial e que possuem programas específicos, por sua importância para construir bases sólidas para o desenvolvimento.

Aqui, há temas essenciais, como o das exportações.

A Política de Desenvolvimento Produtivo terá um programa exclusivo para ampliar as exportações brasileiras.

Parte essencial desse programa é a Estratégia Brasileira de Comércio Exterior, que está sendo elaborada pela Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento.

Para ampliar as exportações, dois grupos de medidas serão anunciados hoje.

Juntamente com o Ministério da Fazenda, elaboramos um importante conjunto de medidas de desoneração das exportações para melhorar a competitividade de nossos produtos nos mercados externos.

Outro conjunto de medidas visa fortalecer os instrumentos de financiamento às exportações, como o PROEX e as linhas de financiamento do BNDES.

Um destaque estratégico está relacionado às micro e pequenas empresas, parte essencial de nossa economia e geradora da maior parte de nossos empregos.

As micro e pequenas empresas têm um papel fundamental na Política de Desenvolvimento Produtivo.

Senhor Presidente, gostaria de destacar que, pela primeira vez, na elaboração de uma política pública, levamos em conta, formalmente, a necessidade da integração produtiva do Brasil com a América Latina.

Também, pela primeira vez, uma política de desenvolvimento se preocupa com a integração com a África.

Outros destaques estratégicos dizem respeito à preocupação da Política com a redução dos desequilíbrios regionais e com a produção ambientalmente sustentável.

Uma Política com a amplitude e com o alcance da que estamos propondo aqui, hoje, requer um sistema de acompanhamento e de avaliação constantes.

Para acompanhar o andamento da Política e seus resultados, teremos uma gestão organizada por programas.

Ou seja, cada programa específico da política – os diversos programas estruturantes, as ações sistêmicas e os destaques estratégicos – terão um gestor, que também será responsável por sua execução.

Esse desenho é fundamental, especialmente se levarmos em conta que, além das metas globais da Política, há metas e objetivos muito claros para cada um dos programas que a compõem.

Esse gestor estará subordinado à Secretaria Executiva da Política, sob coordenação geral do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, com a participação de um Conselho Gestor, formado pela Casa Civil e pelos Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Fazenda e do Planejamento.

O órgão máximo de deliberação e decisão da Política é o Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial - CNDI.

Para nós, essa gestão compartilhada entre diferentes órgãos do Governo e o setor Privado será um dos fatores decisivos para que alcancemos as metas propostas.

Senhor Presidente, Senhores Ministros, Empresários, Trabalhadores,

Acredito, firmemente, que estamos no caminho correto, e que os objetivos e as medidas que trazemos hoje à sociedade brasileira contribuirão para pavimentar o desenvolvimento Brasileiro nos próximos anos.

Muito obrigado.